

INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E OPORTUNIDADES DE EMPREGO EM SUJEITOS COM DID.

ESTUDO DE CASO DE JOVENS NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA

Ernesto Candeias MARTINS | ernesto@ipcb.pt

IPCB/ESECB

Vera S. Martins RAGAGELES

IPCB/ESECB

RESUMO

Pretendemos saber quais as oportunidades oferecidas de empregabilidade aos sujeitos com DID no concelho de Constância, na promoção da sua inserção e inclusão socioprofissional. Destacaremos a importância dos contextos (familiar, escolar, social) onde estão inseridos esses jovens, a relação entre a oferta formativa e a oferta e procura de emprego, a divulgação do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, o acolhimento e aceitação das entidades empregadoras. Propõe-se um Plano de intervenção capaz de colmatar as dificuldades existentes no concelho, relativo à inclusão socioprofissional e ao acompanhamento e apoios a 8 sujeitos DID.

PALAVRAS-CHAVE: sujeitos DID; inclusão; transição para vida ativa; inserção socioprofissional; concelho Constância



INTRODUÇÃO

A inserção e inclusão dos sujeitos com DID (Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais) preocupam a família, após o término da escolaridade obrigatória ou frequência de algum tipo de formação, vendo-se muitos deles excluídos do mercado de trabalho, sendo-lhes atribuído um subsídio. Pretendemos que essas pessoas adquiram competências básicas essenciais para realizarem uma correta transição para a vida pós-escolar e uma adequada preparação profissional. A aquisição de competências dos está contemplada por um PEI (Plano educativo individual), podendo ou não ser acompanhado de CEI (Currículo específico individual) e PIT (Plano individual de transição), cabendo essa preocupação à equipa multidisciplinar que os acompanha e os encaminha após a conclusão da escolaridade (Santos & Morato, 2002). À luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU em 2007) houve a necessidade de criar medidas favorecedoras da reabilitação e formação profissional, surgindo o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, pelo Decreto-lei 290/2009, de 12 de Outubro com alterações da Lei 24/2011.

O nosso problema circunscreve-se ao concelho de Constança pretendendo saber quais as oportunidades oferecidas de empregabilidade aos sujeitos com DID's, na promoção da sua inserção e inclusão socioprofissional. Nortearam-nos os seguintes objetivos: analisar a importância dos contextos (familiar, escolar, social) onde estão inseridos os jovens DID; compreender a relação entre a oferta formativa à oferta e procura de emprego e a sua inclusão e inserção socioprofissional; compreender a forma de divulgação do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades e se este fator influencia o acolhimento ou aceitação por parte das entidades empregadoras; propor um Programa com algumas alternativas capazes de colmatar as dificuldades existentes no concelho, relativo à inclusão socioprofissional dos portadores de DID. Será pois, objetivo deste trabalho a análise dos procedimentos habituais, que conduzem à empregabilidade e à aceitabilidade pela família e instituições dos sujeitos com DID (Pacheco e Valencia, 1997).

1. ESTADO DA ARTE: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

A AADID (Associação Americana para as Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais) caracteriza o DID por 'significativas limitações do funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo, expressos em três domínios fundamentais: conceptual, social e prático (habilidades adaptativas', manifestando-se antes dos 18 anos de idade (Morato & Santos, 2008), caracterizando-se ainda pela sua passividade e apatia. Alonso e Bermejo (2001: 35) referem que o défice 'comportamento adaptativo' (CA) é classificado segundo as etapas evolutivas: aquisições sensoriomotoras, comunicação, independência pessoal e socialização (1.ª e 2.ª infância); aquisição e aplicação de competências sociais e académicas básicas à vida diária, aplicação de juízos e raciocínios apropriados ao contexto ambiental (2.ª infância, fase da adolescência); realizações e responsabilidades sociais e profissionais (adolescência tardia, adulto) (Dias e Santos, 2006: 48-50).

A classificação típica da AADID divide-se em quatro níveis de deficiência intelectual (leve, moderada, severa, profunda), embora o novo sistema de classificação se baseie no tipo de apoio que a pessoa necessita (limitado, intermitente, extenso e generalizado), dando ênfase às



soluções e não às dificuldades. Estes critérios qualitativos (adaptativos) constituem descrições mais funcionais e relevantes que o sistema quantitativo de rótulos em uso até agora, centrando-se mais no indivíduo, sob o ponto de vista das oportunidades e autonomia (Coelho & Coelho, 2001). É necessário garantir os serviços e apoios necessários, planificar, organizar e avaliar programas de intervenção, o mais precocemente possível.

Os jovens DID, com mais de 15 anos, enquadram-se nas seguintes situações: estudantes ou formandos, com usufruto de bonificação, por deficiência, do subsídio familiar a crianças e jovens (artigo 7º e 8º, Decreto-lei 133-B/97); beneficiários de subsídio mensal vitalício, em desempenho de funções profissionais e beneficiários de subsídio mensal vitalício, inscritos nos centros de emprego e à procura de emprego (Decreto-lei 290/2009, de 12 de outubro, Lei 24/2011), enquadrando-se na população ativa e empregada. Há, assim um relacionamento padrão das DID com a população, o que nos permite enquadrar legalmente cada situação prevista, para estas pessoas, no quadro demográfico previsto para a restante população.

A escola deverá reconhecer e satisfazer as necessidades dos educandos, adaptando-se aos seus estilos e ritmos de aprendizagem e garantindo uma educação para todos (Almeida, 2005; Andrada, 2001). Quando termina a escolarização obrigatória, o sujeito portador de DID é desde logo marginalizado pelas baixas expectativas profissionais. A reabilitação profissional constitui um meio forte e quase exclusivo da sua inserção, diferente das escolas regular e especial que o identificam e qualificam como um sujeito passivo e dependente.

Simões et al. (2007) mostraram que os recursos externos (família, comunidade, pares) constituem importantes determinantes dos recursos internos (competências pessoais e sociais) os quais são um facto determinante do bem-estar global dos adolescentes com DID. Assim, desenvolver atividades pré-profissionais em ambientes naturais tem um inegável interesse, na preparação e qualificação, funcionando como forma de ligação à comunidade (Pimentel, 2004). Desenvolve-se cursos profissionais, com módulos específicos face à desapropriação da correspondência entre idade mental/ idade profissional, agravada pelas suas limitações, experiências de insucesso, limitações e desigualdade de oportunidades.

Claudino (1997: 72), baseando-se em vários estudos considera que a teoria desenvolvimentista de Super é a “mais adequada à aplicação de pessoas com deficiência”, pois traça as tarefas de desenvolvimento vocacional de acordo com os estádios de desenvolvimento de necessidades e considerando que a deficiência interfere no auto conceito do indivíduo. A orientação e adaptação profissional, a formação e a qualificação, a colocação e o acompanhamento não são as únicas finalidades da formação e reabilitação profissional. O sistema de formação profissional é um sistema flexível constituído pela: formação simulada; prática real ou formação em contexto de trabalho; prática ou formação em alternância. Assim, aquela formação processa-se mediante três fases: Adaptação e Orientação Profissional; Formação e Qualificação Profissional; Colocação e Acompanhamento.

A regulamentação e criação de postos de trabalho para as pessoas com deficiência, previsto no Decreto-lei 290/2009 de 12 de Outubro e alterado pela Lei 4/2011, promove o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidade, com medidas de apoio à qualificação, à integração, à manutenção e reintegração no mercado de trabalho, emprego apoiado e prémio de mérito. Em relação às medidas de apoio, no concelho de Constância, intenta-se responder às necessidades dos alunos com deficiência, propondo o



Projeto de Intervenção Precoce de Constância da Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário e o Projeto Constância Social (Câmara Municipal), com uma vasta rede de apoios e parcerias, apresentando quatro centros de formação, três deles possuem a componente de reabilitação e formação profissional, sob a tutela do IEFP. A maior percentagem de oferta formativa recai no curso de serralharia, seguindo-se os de floricultura, jardinagem, carpintaria e agropecuária. Neste sentido Tomar é o centro que possui maior oferta formativa, seguido de Torres Novas e Abrantes. Atendendo à oferta formativa, num total de 75 possíveis entidades empregadoras privadas e públicas, foram selecionadas as empresas do concelho capazes de dar resposta ao recrutamento e oferta de emprego. Enquanto a maior percentagem de atividade profissional, em 2012, assenta na Hotelaria e Restauração, setores Públicos e Associações, a menor percentagem recai sobre as Artes Gráficas, Conservação e Restauro de Madeiras e Floricultura e Jardinagem.

2. METODOLOGIA EMPÍRICA

Utilizámos a metodologia qualitativa de estudo de caso, de carácter exploratório e descritivo, debruçando-nos sobre uma situação específica transição para a vida ativa dos sujeitos DID, propondo um 'Plano de Medidas de Intervenção' para melhorar a inclusão social e profissional, com o apoio das famílias, e articulado com os projetos do município, no âmbito da rede social que apoiam os sujeitos com DID. Na avaliação à família e à comunidade emergem preocupações relativas a questões de carácter socioeconómico, de infraestruturas e ofertas disponíveis para aqueles sujeitos e à sua aceitação pela comunidade. Estabelecemos sete questões de investigação que guiaram o processo empírico.

2.1. OS SUJEITOS DE ESTUDO E O SEU CONTEXTO

A amostra é constituída por oito sujeitos com diagnóstico de DID (S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7 e S8), de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade, residentes no concelho de Constância, que frequentaram a escola básica do 2º e 3º ciclo, entre 1995 e 2011. Um dos critérios de seleção dos sujeitos foi o terem cumprido a escolaridade obrigatória prevista para o 9º ano (Dec. Lei 319/91, de 23 de agosto, revisto pelo Dec. Lei 3/2008, de 7 de janeiro). Todos usufruem de medidas previstas por lei que, pela idade ou perfil, deixaram de frequentar a escola regular sendo todos encaminhados para cursos de formação e reabilitação profissional em instituições próprias, além do apoio à inserção no mercado de trabalho pelas suas fracas competências nas áreas formativas disponíveis.

Analisemos as características de cada sujeito de estudo:

S1_ e S2_ Rapazes maiores de 20 anos. Devido a problemas de saúde nas suas famílias, tem pouco acompanhamento delas, estando no Projeto Constância Social, com apoio técnico. Concluíram o curso de formação profissional de agropecuária, integrando o Programa Ocupacional numa IPSS do concelho. Encontram-se a aguardar a autorização do IEFP para a criação de posto de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado em entidades empregadoras, nessa mesma instituição;

S3_ Masculino e maior de 20 anos. Família nuclear monoparental cooperante e interessada. Transitou da escola de ensino regular para o centro de formação e reabilitação profissional.



Não concluiu qualquer área formativa. Esteve inserido numa associação local, que deixou de frequentar por iniciativa própria. Neste momento encontra-se domiciliado, beneficiando do subsídio mensal vitalício.

S4_ Feminino e maior de 20 anos. Família nuclear estruturada interessada e colaborante. Frequentou CAO. Não possui qualificação formativa. Encontra-se domiciliada, sem residência fixa no concelho, estando a residir em habitação de outro membro pertencente à família, fora do concelho de Constância. Beneficia do subsídio mensal vitalício.

S5_ Feminina e maior de 20 anos. É considerado o caso mais grave, devido à desestruturação social, económica e emocional da família. Foi expulsa do centro de formação e reabilitação profissional por comportamentos desajustados. É acompanhada, juntamente com a família, pelo Projeto Constância Social, encontrando-se domiciliada e beneficiando de pensão de inserção social.

S6_ Masculino e maior de 20 anos. Possui família nuclear estruturada, colaborante e interessada. Frequentou e concluiu a componente formativa e cursos relativos ao desempenho de funções em associações. Encontra-se a aguardar a autorização do IEFP para a criação de posto de trabalho em regime de contrato a tempo parcial, numa associação. Requereu subsídio mensal vitalício.

S7_ Masculino e menor de 20 anos. Família nuclear estruturada. Frequenta o estágio de inserção numa empresa concelhia na área da serralharia. Beneficia do subsídio familiar a crianças e jovens, por deficiência.

S8_ Feminino e menor de 20 anos. Família nuclear pouco estruturada. Frequenta o ensino regular (Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro) com as medidas previstas na alínea e' – CEI e PIT. É um caso fronteiro para o qual foi pedido adiamento para frequentar a escola regular por mais dois anos letivos, de forma a adquirir competências sociais, de organização pessoal e autonomia. Beneficia do subsídio familiar a crianças e jovens com bonificação, por deficiência. Este caso não será analisado no âmbito da sua inclusão e inserção profissional.

Foram questionados os três centros relativamente ao emprego, formação e inserção profissional dos sujeitos precedentes do concelho de Constância, de modo a caracterizar os sujeitos em estudo, os quais foram analisados no seu contexto e a comunidade por uma ficha concebida por Bernard da Costa et al. (2000), que tem por função a recolha de elementos identificativos da comunidade em que o sujeito e a família se inserem, o ambiente social em que vivem, os recursos e serviços disponíveis à sua estimulação e a cultura.

2.2. AS TÉCNICAS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

Aplicámos a técnica da entrevista semiestruturada aos responsáveis do Agrupamento de Escola e CRFIP para cumprir os objetivos de estudo. Previamente realizou-se um pré-teste de validação, junto de um dos possíveis entrevistados, com a finalidade de detetar possíveis erros de redundância e identificar questões mal formuladas, linguagem confusa ou de difícil



resposta. Após a aceitação do termo de consentimento realizámos as entrevistas (janeiro/fevereiro de 2012) com respetivas anotações de campo.

Aplicámos um inquérito por questionário (5 itens) a quinze das 23 entidades empregadoras públicas e privadas existentes (fevereiro/abril de 2012), assente em quatro questões: caracterização da entidade empregadora; aceitação e inclusão dos sujeitos DID's; conhecimentos dos diplomas relativos à sua inserção profissional; grau de sensibilização e divulgação da informação relativa a estes casos. Seguidamente elaborou-se o 'Inventário de Interesses' (Correia, 2003: 28-33), que ajudou os professores e técnicos a conhecerem o indivíduo de estudo, sugerindo conteúdos para projetos ou planificações de atividades. Este inventário era constituído por 18 questões de resposta semiaberta, permitindo analisar as preferências profissionais e dileções pessoais dos sujeitos, em conjunto com a família. Foram contactados os tutores responsáveis pelos casos, a quem foi explicado o conteúdo e objetivos da aplicação do questionário e inventário de interesses, marcando-se formalmente, nas suas residências (abril e maio) a aplicação do instrumento.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Os dados foram transcritos, codificados e categorizados (análise de conteúdo). Construámos um quadro de categorização dos temas e categorias: Tema 1 (caracterização dos sujeitos no seu contexto familiar e comunitário) com as categorias do perfil comportamental, família e envolvimento comunitário; Tema 2 (percurso escolar) com as categorias de medidas escolares e educativas e orientação pós-escolar; Tema 3 (encaminhamento profissional) com as categorias de apoios familiar, percurso formativo e transição para a vida profissional; Tema 4 (inserção socioprofissional) com as categorias de apoios formais, informais e interesses. Recorremos à triangulação metodológica, permitindo o cruzamento de informações provenientes de várias fontes, técnicas e instrumentos. Estes dados cruzaram-se com as notas de campos e observação documental no Agrupamento de Escola, CRFIP e Câmara Municipal.

Caraterizamos os sujeitos de estudo no seu âmbito familiar, escolar e comunitário, destacando, em relação à estrutura socioeconómica "fraca capacidade financeira (...) vivem de subsídios e pensões (...) não têm dinheiro para água, nem luz (...) vivem num anexo, sem casa-de-banho, água ou eletricidade, com apenas uma divisão (...)". As maiores dificuldades de aquisição de comportamentos e adaptação social surgem nos sujeitos S1, S2, S3, S5, S7, S8, destacando-se neste grupo S1, S2 e S7, no acompanhamento comunitário "vivem num local onde as pessoas ajudam e preocupam-se" e da rede formal "tem tido os apoios inerente ao centro e à formação", ao apresentarem maior capacidade de concretização social e CA.

Na relação com a comunidade: -S1 e S2 - passam por uma fase difícil, com problemas de saúde da mãe, mas com apoio da comunidade; -S3, filha de mãe trabalhadora, tem ajuda dos vizinhos e cuida de um senhor com deficiência motora; -S4: ajuda a mãe no estabelecimento e é muito acarinhada; -S5 e S7 vivem numa zona problemática, onde são todos da mesma família, com muitas rivalidades, destacando-se a postura de S5 "muito problemática, agressiva, impulsos sexuais muito acentuados"; -S6 muito bem aceite socialmente, já que o pai desempenha funções de cariz social e comunitário; - S8 arranja muitos problemas. Em relação à aceitação e apoio prestado pela comunidade aos sujeitos DID e à família registámos as seguintes narrações:



S1 e S2: os vizinhos denunciaram a situação “viram que os garotos andavam a passar fome (...) tomaram conta deles enquanto estiveram sozinhos (...) pediram apoio para que lhes levassem refeições (...) tiveram que lhes arranjar ocupação para não se meterem em problemas”

S3: “Não sei o que é feito dele (...) ouvi dizer que estava no Parque Ambiental (...) não nunca estive por cá (...) quem é?”

S4: “Foi viver com a irmã”.

S5: ‘Só arranja problemas... tinha uma vizinha que a ajudava, mas até com a senhora arranjou problemas (...) as pessoas na aldeia conhecem-na (...) denunciaram o caso quando ficou sozinha’.

S6: “Toda a gente gosta muito deles, ajudam muito o miúdo em tudo o que é preciso”.

S7: ‘Não anda por lá como os outros... são muito bem aceites no trabalho (...) muito querido pelas pessoas’.

S8: ‘A família não se dá com muita gente... tentamos apoiar a garota (...) tem uma avó que toma conta dela muitas vezes’.

Destacamos que os sujeitos e famílias de S1, S2, S4 e S7 apresentam um maior envolvimento com a comunidade, enquanto, por motivos distintos, S3 e S5 apresentam um maior isolamento social e comunitário.

Relativamente ao percurso escolar identificámos as medidas educativas, através das entrevistas no Agrupamento de Escolas: “alguns já levam ideia do que gostariam de fazer”, contudo “alguns não possuem competências para o curso que gostariam”, tal como salienta um dos CRFIP. A escola tomou providências quanto à aquisição de competências para a transição pós-escolar “S8 continua na escola (...) pediu-se autorização à DREL para adiamento por dois anos letivos (...) ainda necessita desenvolver competências sociais, de autonomia e independência”.

Na categoria do apoio familiar ao encaminhamento profissional verificámos: S1e S2 (“não gostavam dos meios... mudaram-nos de CRFIP... a mãe veio cá pedir e explicou a situação”); S3 (“tinha lá pessoas com deficiências muito graves e fazia-lhe impressão estar lá...levei-o a outro CRFIP, mas disseram que não tinha capacidades para frequentar o curso... era aquilo de que ele gostava, então não quis ir mais “); S6 (‘ótimo acompanhamento do seu educando... foram os pais que deram a ideia de ele ir para ali’); S7 (“veio para o curso já com a indicação dos pais e da escola de que gostava muito daquela área”) manifesta o interesse revelado pelos pais no seu bem-estar socioprofissional.

O sucesso no encaminhamento profissional de S6 e S7 contou com a colaboração direta da escola e família: “andou cá num curso mas não se adaptou... falou com a mãe e ela disse que aquilo de que ele gostava era de ir para... falámos com o senhor que se prontificou a recebê-lo... já fez todos os cursos inerentes à carreira connosco” e “veio para o curso já com a indicação dos pais e da escola de que gostava muito daquela área”.

Identificámos os cursos de formação profissional frequentados pelos sujeitos e a forma como foram apoiados: S1 e S2 frequentaram o curso de agropecuária; S6 frequentou curso fora do CRFIP, com acompanhamento; S7 frequenta o estágio de inserção profissional inserido no curso formativo de serralharia. Estes sujeitos estão inseridos profissionalmente em entidades empregadoras do concelho: “já se conseguiu trabalho para os dois”; “como ele não tinha pensão ou subsídio tratámos dos papéis e aproveitámos logo para tratar da situação do



contrato”; “frequenta estágio de inserção profissional na área da serralharia”. O facto, dos sujeitos estarem integrados revela uma sensibilização e abertura das entidades empregadoras para a inclusão socioprofissional dos sujeitos DID. Três destes sujeitos encontram-se a aguardar aprovação dos projetos propostos, revelando-se um processo moroso (“só estamos a guardar aprovação do projeto pela segurança social e IEFP... esperamos que não demore muito a chegar a aprovação”. Os CRFIP referem a este aspeto algumas dificuldades no financiamento: “o ano passado não obtivemos financiamento para acompanhamento à colocação”; adaptação do posto de trabalho; na eliminação de barreiras arquitetónicas, para este ano já foi pedido financiamento ‘estamos a aguardar’.

Em relação à inserção socioprofissional o apoio formal dado é o seguinte: S1 e S2 “são apoiados pela técnica do projeto Constância Social, que vai lá a casa, e pela Santa Casa da Misericórdia”, visto que apresentam dificuldades vividas no seio familiar (“sempre foram muito apoiados... recentemente existem problemas de foro psiquiátrico... foram os vizinhos a dar conta das dificuldades”); S6 é apoiado unicamente pela associação que o acolheu profissionalmente e S7 pelo CRFIP onde está inserido. Todos estes sujeitos contam com o apoio da família, dos amigos e comunidade. Os sujeitos não inseridos profissionalmente, caso de S3 que não possui qualquer tipo de acompanhamento formal (“Não, não temos ninguém”), nem informal por ser um sujeito isolado. S5 é apoiada pelo projeto Constância Social (“vamos lá levar-lhe o saco de alimentos da Loja Social uma vez por mês”). A família do sujeito é igualmente apoiada por revelar fracas competências de gestão de recursos essencialmente financeiros (“vivem de subsídios e pensões (...) não têm dinheiro para ir ao médico mas tomam pequeno almoço no café”) e acompanhamento dos cuidados básicos e vigilância (“Ela arranjou esta dívida com um telefone... traz as cartas! Veja lá o que é isto... não sei como vai pagar isto”). Tanto S3 (introvertido) como S5 (extrovertido) encontram-se isolados socialmente. Ambos têm fracas motivações e interesses profissionais, mas ocupam o seu tempo em coisas, por exemplo de namorar, o que também constitui elemento de análise do indicador social. Enquanto S3 revela autonomia na concretização de tarefas doméstica (“ajudo em tudo cá em casa: faço a cama, sei cozinhar, limpo o pó”) S5 diz “não gosto de limpezas”.

Nos dados provenientes do questionário às empresas (n=23), com maior probabilidade de oferta de emprego, de acordo com a formação nos CRFIP, destacamos as atividades: hotelaria e restauração (24%); entidades públicas e associações (20%); comércio (11%); serviços domésticos e serralharia (9%) e agropecuária (7%). Cerca de 20% das empresas possuem mais de 20 trabalhadores, 4% possui entre 11 a 20 trabalhadores, 20% possuem de 5 a 10 trabalhadores e as restantes 56% possuem menos de 5 trabalhadores. Há 16% de entidades públicas ou privadas que já empregaram sujeitos DID, enquanto as que não empregaram desconhecem a existência de quotas, no entanto, estão abertas à inserção e inclusão socioprofissional desses sujeitos. Só as entidades acolhedoras estão informadas acerca do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades. Na categoria ‘aceitação’ e ‘sensibilização’ 91% das empresas referem que a sensibilização teria maior impacto se fosse realizada por ações de formação e sessões de esclarecimento, apoiada pelos meios de comunicação social, câmara municipal e centros de emprego.

4. (IN) CONCLUSÕES INTERPRETATIVAS



Os dados analisados confirmam a aceitabilidade das questões de investigação.

Q1_ As entrevistas no Agrupamento de Escolas e CRFIP's referem a heterogeneidade das características dos sujeitos. A desestruturação familiar e o fraco envolvimento da família na educação determinam fortemente o desenvolvimento social e emocional do sujeito. As dificuldades financeiras, a pobreza e as condições habitacionais influenciam o papel dos pais, em satisfazer as necessidades dos seus filhos (Almeida, 2005; Pacheco e Valencia, 1997).

Q2_ Identificou-se as medidas educativas aplicadas aos sujeitos DID, que frequentam percursos diversificados, de acordo com o seu grau de dificuldade (PCA, PIT), de modo a adquirir competências facilitadoras para a vida ativa. Alguns deles já têm uma ideia do que gostam e outros não possuem competências para o curso que querem, no entanto a escola promove providências adequadas. Destacamos a importância dada à família no acompanhamento e na colaboração com as instituições de formação.

Q3_ A avaliação das competências profissionais é realizada pelos CRFIP. Neste processo alguns dos sujeitos vêm as suas ambições profissionais eliminadas e, por conseguinte, desistem. Noutros casos a avaliação é feita segundo as preferências dos jovens. A este propósito, Bernard da Costa (1996) refere que, se as expectativas na vida adulta se traduzem na capacidade da pessoa DID desenvolver uma vida autónoma e integrada quanto possível, considerando-se fundamental uma preparação o mais cedo possível. As profissões mais indicadas para estes jovens, indicam como características fundamentais a adequação da profissão às capacidades, ao interesse pela atividade, à preparação dada ao longo da vida e à componente prática. Os técnicos das instituições formativas aludem à importância da motivação do jovem para o trabalho, à preparação pré-profissional e ao bom relacionamento.

Q4_ Os sujeitos S1, S2, S6 e S7 estão qualificados profissionalmente e inseridos em programas ocupacionais. Os três primeiros são acompanhados por técnicos e inseridos em projetos locais, enquanto S7 é acompanhado pelo técnico do centro de reabilitação e formação profissional. S1, S2 e S7 são apoiados financeiramente pela segurança social e S6 aguarda aprovação do subsídio. S7 encontra-se em regime de estágio de inserção, previsto na modalidade de emprego apoiado. Os sujeitos S3 e S5 estão domiciliados, com ambientes familiares distintos, não se encontrando qualificados profissionalmente, mas usufruem de apoios da Segurança Social. Enquanto a maior oferta formativa é nas áreas de 'serviços domésticos', 'comércio' e 'hotelaria e restauração', as áreas de serralharia, indústrias alimentares, costura, conservação e restauro de madeiras, cerâmica, carpintaria, audiovisuais e artes gráficas, a oferta formativa encontra-se acima da oferta de trabalho/emprego. As áreas que se encontram em maior harmonia são as de agropecuária, doces e salgados, eletricidade/energia, floricultura e jardinagem, informática e manutenção de veículos.

Q5_ As entidades empregadoras e o CRFIP referem a necessidade de divulgação de medidas de sensibilização à sociedade no apoio à inclusão e inserção social e profissional. As associações empresariais concelhias, segundo um dos centros, têm maior capacidade de informar e esclarecer as empresas. Relativamente à aceitação e sensibilização todas as entidades empregadoras responderam afirmativamente dessa necessidade.



Q6_ Apenas as entidades empregadoras que acolhem ou acolheram os sujeitos portadores de deficiências estão informadas do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, mostrando-se recetivas ao acolhimento e estabelecimento de parcerias, de modo a prover a qualificação profissional dos DID e o emprego. Todos os CRFIP responderam afirmativamente à promoção desse programa, mas dois deles não possuem recursos financeiros suficientes no apoio à colocação e acompanhamento, estando dependentes de aprovação, disponibilizando técnicos para que esse apoio seja concretizado (Dias e Santos, 2006: 49-53). A adaptação do posto de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas, também não tem sido financiado a um dos centros, sendo este a prestar o apoio sempre que necessário, aproveitando os recursos existentes no apoio às entidades empregadoras. Apenas 13% das empresas referem que foram solicitadas a empregar sujeitos DID, no âmbito do emprego apoiado ou protegido, mas só 4% delas tem protocolo com o IEF, usufruindo das medidas previstas. O tempo médio de permanência do trabalhador na empresa anda à volta de 2 a 7 anos. Todas as empresas inquiridas revelam-se muito satisfeitas com o desempenho dos trabalhadores com DID, afirmando 4% que o sujeito foi ‘plenamente aceite’ e as restantes 96% referem ‘muito aceites’.

Q7_ Relativamente ao apoio formal e/ou informal dado no acompanhamento aos sujeitos, questionando o porquê das desistências na componente formativa, confirmando-se que o encaminhamento não correspondia às suas expectativas. Por exemplo, S3 menciona o ambiente pouco normalizador e a fraca identificação com o meio (“fazia-me impressão ver aquelas pessoas todas com deficiências grandes... não sou como eles”).

Em síntese o concelho de Constância revela preocupação com os sujeitos portadores de deficiência e DID, possuindo um vasto leque de serviços para dar resposta aos casos existentes. Contudo, a falta de financiamento e de recursos humanos impossibilita, nos últimos tempos, a continuidade e concretização dos projetos existentes. Tendo em consideração a oferta formativa e a capacidade de resposta às necessidades concelhias, podemos dizer, que apesar de existir uma uniformidade entre a oferta e procura, será possível formar mais sujeitos do concelho nas áreas de hotelaria e restauração, comércio e serviços domésticos, de modo a conseguirem emprego. A introdução de incentivos financeiros pelo governo é insuficiente, visto existir pouca divulgação, motivo pelo qual consideramos importante estabelecer cotas para a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas, tal como acontece na França e na Alemanha, ficando as empresas que não o fizerem sujeitas a coimas. Propomos, ainda um Plano de intervenção junto desses sujeitos e a realização de ações de formação e esclarecimento, promovidas pela Câmara Municipal e apoiadas pelos Centros de Reabilitação e Formação Profissional locais, Segurança Social e IEF e as associações comerciais locais.

Destacamos que, 67% dos sujeitos estão inseridos social e profissionalmente e 33% não se encontram devidamente incluídos. A transição para a vida ativa deve envolver algumas estratégias de avaliação e planeamento, nomeadamente no que concerne ao reconhecimento das áreas curriculares onde se desenrola (Casa; Comunidade; Escola; Recreação e Lazer; Trabalho) ao invés de se centrar em competências, servindo-se, para o fim, de um modelo ecológico de competências referente às relações mútuas entre indivíduo e ambiente.

Mesmo com entropias, as empresas, os centros de reabilitação e formação profissional e os centros de emprego encontram-se em fase de adaptação e divulgação às novas medidas. A



constituição de um processo ao abrigo do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades bem como a sua aprovação, de acordo com as entidades abordadas, é um processo moroso e dependente da aprovação das entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. (2005). *Caminhos para a inclusão humana*. Porto: ASA
- Alonso, M. & Bermejo, B. (2001). *Atraso mental*. Amadora: McGraw-hill.
- Andrada, A. (2001). 'A educação da criança e adolescente com Necessidades Educativas Especiais'. In: Louro, C. (coord.), *Ação Social na Deficiência* (p. 93-118). Lisboa: Publ. Universidade Aberta
- Bérnard da Costa, A. M^a et al. (2000). *Currículos funcionais - Manual para formação de docentes*. Lisboa: IIE/ME.
- Claudino, A. (1997). *Orientação para a formação profissional de jovens com deficiência mental*. Lisboa: Secretariado para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.
- Coelho, L. & Coelho, R. (2001). *Impacto psicossocial da deficiência mental*. *Revista Portuguesa Psicossomática*, vol 3, 123-143
- Correia, L. (2003). *Inclusão e necessidades educativas especiais*. Porto: Porto Editora.
- Dias, J. & Santos, S. (2006). Comportamento adaptativo e qualidade de vida - Emprego protegido na deficiência mental. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 13, 47-58.
- Morato, P. & Santos, S. (2008). DID, a mudança de paradigma na conceção da deficiência mental. *Revista Sonhar*, 4 (Jul/Dez), 39-46.
- Pacheco, D. e Valencia, R. (1997). 'A Deficiência Mental'. In: Jiménez, R. (coord.), *Necessidades Educativas Especiais* (p. 209-224). Lisboa: Dinalivro
- Pimentel, J.S. (2004). Avaliação de programas de intervenção precoce. *Análise Psicológica*, vol. XXII, 1, 43-54.
- Santos, B. (2007). *Comunidade escolar e inclusão: quando todos ensinam e aprendem com todos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Santos, S. & Morato, P. (2002). *Comportamento adaptativo*. Porto: Porto Editora
- Simões, C.; Matos, M.G.; Diniz, J.A.; Tomé, G.; Ferreira, M.; Sousa, A. (2007). *Risco e resiliência em adolescentes com necessidades educativas especiais: família e autoestima como recursos em destaque*. Cruz Quebrada: FMH